



**ACÓRDÃO Nº407/ 2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 1470/2015.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Instituto Municipal de Planejamento Urbano - IMPLURB
- 4- **Exercício:** 2014
- 5- **Responsável:** Antônio Roberto Moita Machado (Ordenador de Despesa)
- 6- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1393/2016-DMP, Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas.
- 7- **Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Administração Indireta do Município de Manaus. Instituto Municipal de Planejamento Urbano - IMPLURB. Exercício de 2014.

*Regularidade com ressalvas. Determinação. Recomendação. Ofício. Notificação.*

**8- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, itens 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, que acolheu o voto proferido pelo Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva, em divergência com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 8.1. **Julgar regular com ressalvas**, com fundamento no art. 188, § 1º, II, do RI-TCE/AM, a Prestação de Contas do Sr. Antônio Roberto Moita Machado, responsável pelo Instituto Municipal de Planejamento Urbano - IMPLURB, no curso do exercício 2014;
- 8.2. **Determinar** ao Sr. Antônio Roberto Moita Machado e à atual gestão do Instituto Municipal de Planejamento Urbano que:
  - a) Observe, com maior rigor, as determinações da Constituição Federal (art. 39, § 4º) e da Lei n.º 8.666/93 (arts. 17, 61, parágrafo único, 67, caput e 24, XXII);
  - b) Honre, tempestivamente, as obrigações junto à concessionária de energia elétrica, a fim de evitar o pagamento de encargos nas faturas mensais;
  - c) Apure a responsabilidade funcional de quem der causa a qualquer dano ao erário municipal;



**ACÓRDÃO Nº407/ 2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**8.3. Recomendar** ao Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de Manaus que:

- a) Envide esforços para que seja realizado concurso público para provimento de cargos efetivos do IMPLURB;
- b) Atualize o valor de jeton por meio de lei consoante determina o art. 37, X, da CF/88;
- c) Institua a parcela estipendiária denominada jeton por meio de lei e a gratificação técnica (natureza da despesa 31900417) consoante determina o art. 37, X, da CF/88;
- d) Promova de maneira mais célere a publicação das nomeações dos cargos comissionados do IMPLURB de maneira a permitir que haja recolhimento tempestivo dos valores devidos ao INSS evitando-se, dessa forma, o pagamento de multas àquela autarquia consoante ocorreu na gestão do Sr. Antônio Roberto Moita Machado, ora Diretor-Presidente do IMPLURB ao longo do exercício de 2014;

**8.4. Determinar** à vindoura Comissão de Inspeção responsável pela análise *in loco* das Contas do IMPLURB, o qual outrora esteve sob a responsabilidade do Sr. Antônio Roberto Moita Machado que verifique se os créditos na ordem de R\$ 756.890,30 foram perdoados ou se estão em processo de regularização no sentido de que sejam incorporados aos cofres municipais, realizando os questionamentos que entender pertinentes ao caso;

**8.5. Oficiar** o Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de Manaus para que tome conhecimento das recomendações consignadas na Proposta de Voto evitando, dessa forma, a ocorrência das irregularidades ora identificadas na gestão do Sr. Antônio Roberto Moita Machado, ora Diretor-Presidente do IMPLURB ao longo do exercício de 2014;

**8.6. Notificar** o Sr. Antônio Roberto Moita Machado e a atual gestão do IMPLURB sobre o desfecho atribuído a estes autos de Prestação de Contas Anuais.

**9- Ata:** 11ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**10- Data da Sessão:** 18 de Abril de 2017

**11- Especificação do quorum:** Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).



**ACÓRDÃO Nº407/ 2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**11.1. Auditor presente e Relator:** Mário José de Moraes Costa Filho.

**12- Representante do Ministério Público:** Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida,  
Procurador-Geral.

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**  
Conselheiro-Presidente

**MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO**  
Auditor-Relator

**CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA**  
Procurador-Geral